

Jornal do



Sindipetro

PARANÁ E SANTA CATARINA

Jornal do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina - Ano XXVI - nº 1246 - de 01 a 15/06/2010



SINDICATO NEGOCIA AS PAUTAS LOCAIS DA SIX, REPAR E TRANSPETRO



www.sindipetroprsc.org.br

Plano de Ação da SIX: por onde passa o futuro do Xisto?

Em recente apresentação da Gerência Geral sobre o Plano de Ação da SIX, o Sindicato deixou claro que o debate da UPI só tem sentido contextualizando todas as dimensões da atividade de exploração do xisto betuminoso, e que toda e qualquer mudança aconteça sob o olhar de quem investe e não de quem simplesmente quer cortar gastos, pois seria inaceitável que a desativação de uma unidade seja colocada como uma panacéia para todos os males.

Caso a intenção fosse simplesmente cortar custos, antes de desativar uma unidade produtiva, existem várias gorduras extras a serem queimadas: revisar contratos com auditorias externas em seus custos e dimensionamento de serviços, alguns até já foram questionados pelo sindicato em várias oportunidades; extinguir o transporte exclusivo para supervisores sem justificativa alguma, uma reivindicação antiga dos petroleiros (finalmente parece que estão cortando); reduzir os cargos de confiança (coordenações; gerências; supervisões; etc.), que mais fica inchada do que eficaz, além de contraditória ao processo de primeirização em áreas estratégicas; substituir as camionetas cabines duplas de luxo da mina, uma afronta ao bom senso e ao bolso; etc.

Alguns gerentes teriam saído pela área afirmando que o sindicato é favorável à desativação da UPI, isso não passa de argumento "sabonete" de quem não tem coragem de se posicionar, isso é inadmissível quando parte de alguém que se propôs a participar da direção de uma organização.

O Sindicato não se esquia, tem posicionamento sim:

Primeiro: concorda com a necessidade de um estudo sério, profundo e transparente de sustentabilidade do projeto xisto, que deva ser apresentado e debatido francamente com todos os trabalhadores, mais, que seja garantido também um amplo debate com a comunidade regional, considerando a tamanha importância econômica e social que a atividade de exploração do xisto apresenta na atualidade.

Segundo: caso se chegue a um consenso com relação ao fim do ciclo de vida da UPI, garantir a todos, que ali trabalham empregados próprios e em atividades terceirizadas, a oportunidade de treinamento e encaminhamento para um novo posto de trabalho na própria SIX, pois o que se espera são investimentos na atividade produtiva, jamais uma política de desemprego.



Usina do Xisto: Terra de incertezas

Terceiro: manter a atividade industrial com foco na industrialização do xisto, retomando com intensidade as pesquisas no processo Petrosix, mantendo investimentos no desenvolvimento do Projeto Xisto Agrícola e de uma Termoelétrica a base de finos de xisto, pois essas ações essenciais que efetivamente enraizarão e viabilizarão a atividade na região.

Vale lembrar que há poucos anos, na Gestão do Vilar, o Sindicato questionou a paralisia com relação à essa mesma unidade, pois estava sendo sucateada e representava séria ameaça à segurança de todos, chegando ao limite do Sindipetro orientar os operadores ao exercício do Direito de Recusa, o que levou à parada da unidade, em protesto à total falta de monitoramento e controle de suas variáveis operacionais, o movimento manteve-se até a recuperação de todos os instrumentos.

A reação do grupo gerencial da época foi de investir, o que foi positivo no aspecto da segurança e reflexos imediatos na vida das pessoas, mas o altíssimo investimento na "reconstrução geral da U-3", sem que na oportunidade qualquer inovação tecnológica do Processo Petrosix fosse testada em escala, foi um claro reflexo do abandono absoluto de pesquisas nesta área na SIX, o que significou uma perda de tempo importante e cara no desenvolvimento do projeto para bases mais sustentáveis.

Mais alarmante foi ver a gestão da "reforma" ser conduzida por uma empresa contratada, expondo toda a tecnologia desenvolvida. Por coincidência, logo após, surgiu uma grande ameaça de pirataria industrial promovida por uma empresa transnacional do ramo de fertilizantes, que pretendia se instalar em Canoinhas explorando o xisto na região, tal empresa de capital indiano chegou a obter a concessão de pesquisa e lavra de vasta região.

XISTO, Esta Chama Não Pode Apagar!!!

A história do xisto é de muita luta e resistência, e, sendo realista, não deverá ser diferente nos próximos anos, mas, com certeza, apresentará os resultados para quem luta, muitas conquistas, o que exigirá muita responsabilidade de todos para com todos. É o coletivo e somente ele que pode desenvolver a sabedoria necessária para os melhores caminhos. Portanto, a grande e primeira bandeira deve ser garantia da ampla participação no processo decisório – e ficar atento para que as aves de rapina não levem os louros para os seus pedestais, ou palanques, sedentas de popularidade barata, sem se importar com os ganhos reais para o povo – lembrar da campanha contra o fechamento



do xisto, onde o povo se movimentou e garantiu a manutenção do projeto, porém, os espertalhões de plantão assumiram o processo e o povo perdeu uma grande oportunidade de reformular a relação com a Petrobras na região, como por exemplo, uma escola profissional que desse a chance aos seus filhos de ingressarem na atividade industrial, o que era a queixa de muitos na época da campanha "Xisto, esta chama não pode apagar!", ao não visualizarem a possibilidade dos seus filhos serem contratados por uma empresa que se instalava em sua cidade.

Afinal, o futuro do xisto passará pelo caminho da luta. Que as conquistas sejam para todos.

Relações trabalhistas abaladas na SIX

O fato de a Direção da Usina do Xisto, em São Mateus do Sul-PR, ter aplicado punição a um diretor do Sindipetro Paraná e Santa Catarina por ele cumprir com suas atribuições enquanto sindicalista gerou mal estar nas relações entre a entidade e a SIX. Representar a classe trabalhadora é tarefa nobre, porém árdua. Ações de mobilização não devem ser motivos para represálias, sob pena de retroceder aos épicos e crueis tempos da ditadura militar.

Apesar do clima hostil, o Sindipetro Paraná e Santa Catarina continua a luta para avançar na pauta de reivindicações local dos petroleiros da SIX. Confira os principais itens tratados nas reuniões:

:: Cancelamento da punição

O Sindicato qualificou a punição imposta ao dirigente como absurda, caracterizando-se como prática antissindical violenta. Tal atitude evidencia o privilégio que se dá aos que cometem abusos e desrespeitos aos direitos, segurança e dignidade dos trabalhadores e envolvem a empresa em denúncias fundamentadas nas péssimas relações trabalhistas, em detrimento da busca por melhores condições de trabalho e coerência entre discurso e prática nas questões sindicais e de responsabilidade social. Os sindicalistas ainda questionaram sobre qual a punição que seria aplicada aos gerentes e fiscais que abusaram do poder no mesmo episódio.

A SIX, por sua vez, deu uma de João Sem Braço e argumentou que não houve punição ao dirigente e que foi apenas um "puxão de orelha". Uma alegação baseada em fábulas de soníferos para bovinos. Quanto às punições aos que abusaram do poder e inibiram a manifestação dos trabalhadores terceirizados, não houve comentário por parte da empresa.

:: Acesso sindical à SIX

O procedimento local não atende às demandas que têm se apresentado para a pauta corporativa, muito menos para as questões dos trabalhadores terceirizados. Ficou o compromisso de construir método conjunto entre o Sindipetro PR/S e Petrobrás que contemple e discipline as relações sindicais.

:: Extinção do Subcomitê de Ambiente

Espaço democrático avalizado e aperfeiçoado pelo Sindipetro PR/SC, o Subcomitê de Ambiente facilitava a resolução das demandas trabalhistas rotineiras de forma transparente. Entretanto, a empresa o eliminou de forma unilateral, causando grave prejuízo aos trabalhadores, já que as demandas cotidianas não solucionadas têm-se transformado em greve problemas de ambiência, SMS e relações trabalhistas.

:: Saúde ocupacional

Relatório estatístico apresentado por serviços contratados pela SIX apresentou índices preocupantes



Jogo duro nas relações sindicais da Usina do Xisto

de casos de estresse, dependência química e problemas psicológicos. A empresa reconheceu a carência de um trabalho coordenado para prevenção de transtornos mentais, pois muitas das ocorrências seriam resolvidas com um trabalho antecipado e sistemático. Foi iniciado um plano de ação para tentar sanar o problema por meio de questionário e entrevistas pessoais.

:: PPRA

Nos Atestados de Saúde Ocupacional [ASO] periódicos da SIX não apresentam a existência de benzeno e mercúrio. Trabalho executado pela empresa Envyron apresentou exposição aos contaminantes, mas abaixo dos valores de referência. Apenas o ruído da Usina está no limite de exposição, o que será objeto de estudos e ações mais aprofundadas. A Envyron iniciou estudos de risco nas correntes de produtos e subprodutos. Os valores estão sendo incorporados ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais [PPRA] e Programa de Prevenção da Exposição Ocupacional ao Benzeno [PPEOB]. Apenas o ruído consta no ASO periódicos. Os demais riscos são objetos do Perfil Profissiográfico Previdenciário [PPP]. De acordo com informações da SMS, eles estarão disponíveis em breve para a consulta eletrônica.

:: Terceirizados

O Sindicato apresentou à Direção da SIX denúncia contra a Manserv, a qual demitiu trabalhador terceirizado sem motivo e contratou substituto imediatamente, em clara demonstração da prática antissindical, em detrimento da liberdade de organização dos trabalhadores.

O Sindipetro PR/SC também solicitou esclarecimentos, que deverão ser dados pelo gerente da mineração, sobre o caso de um trabalhador da Weiller, empresa prestadora de serviços à SIX, que foi demitido após sofrer grave acidente, no qual perdeu um dos olhos. Existe ação na Justiça do Trabalho contra a Weiller. O Sindicato está acompanhando o caso e fornecendo todas as orientações ao trabalhador.



Sindicato trata da pauta local da Repar

Bate-Papo Sindical: modelo de organização se consolida

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina tem realizado constantes reuniões com a Direção da Repar para tratar das reivindicações específicas dos trabalhadores da Refinaria. O Sindicato houve as sugestões e reclamações dos petroleiros, no Bate-Papo Sindical, atividade realizada todas as quintas-feiras, na troca do turno da tarde, as sistematiza e leva para a discussão na reunião com a Repar.

A avaliação é de que esse modelo de organização, adotado a partir do segundo semestre de 2009, tem facilitado as relações de trabalho, pois permite agilidade na solução dos conflitos que aparecem. Para os não solucionados, o caminho é o mesmo, ou seja, mobilização da categoria! Confira os últimos pontos tratados nas reuniões com a Repar.

:: Alternância dos locais das reuniões

Os encontros entre os sindicalistas e diretores da Refinaria têm sido realizados apenas na Repar. Na última reunião, os dirigentes sindicais cobraram um regime de alternância dos locais e a reivindicação foi acatada. O próximo encontro, que acontece no dia 16 de junho, será na sede do Sindipetro Paraná e Santa Catarina.

:: Efetivo de Produção

O Sindipetro cobrou a retomada da negociação referente ao aumento do efetivo de produção e demais setores de apoio operacional, tendo em vista as inovações tecnológicas e a ampliação do parque industrial. A Direção da Repar afirmou que foi desautorizada para tratar deste assunto pela Gerência Executiva do Refino. A empresa continua empurrando a questão, agora com a barriga do

Cozenza, desrespeitando o cumprimento do ACT - um imbróglio que se arrasta a mais de 5 anos - o Gerente Executivo do Refino, conhecido pela arrogância e truculência com que usa o seu poder de tesoura, impondo metas que comprometem, muitas vezes, a segurança das pessoas e equipamentos, vem agora engessar a recomposição de efetivo a um patamar seguro, pior, embasado em argumentos pífios e fugindo do debate. O Sindicato já levou o problema para a FUP, que se comprometeu em cobrar da Petrobras uma agenda efetiva para tratar com seriedade o tema, longe das bravatas cozenzeanas.

Para resolver a recomposição de efetivo, que se fundamenta em premissas reais e focadas na segurança de pessoas e equipamentos, é um verdadeiro calvário pelo caminho das pedras. Por outro lado, para criar vários cargos de confiança de necessidade duvidosa (coordenações, consultorias, supervisões, gerências, etc.) é de uma facilidade de doer no bolso da Companhia, mas, sem dúvida, um instrumento melhor de cooptação ideológica nas mãos dos gestores.

:: Comissão de SMS

Reivindicação conquistada no último Acordo Coletivo de Trabalho, a formalização da Comissão de SMS de empregados próprios e de empresas terceirizadas, mais membros das CIPAS, foi concretizada. A Direção da Repar atualizou o Documento Interno da Petrobrás apontando os representantes das partes envolvidas. Pelo Sindicato são membros titulares os companheiros Leomar, Zanetti e Claudiney, com Nelson, Edinho e Ramos na suplência. Representam a Refinaria como titulares o Hélio/SMS, Gomes-SMS/SI e Juarez/RH. Kelly-RH, Ademar-SMS/MA e Péricles-SMS/Saúde são os suplentes.

A primeira reunião ficou agendada para o dia 31 de maio, às 14 horas, na Refinaria.

:: Parada Geral de Manutenção

Foi apresentado aos dirigentes sindicais o planejamento da parada geral de manutenção da Refinaria, que vai ocorrer entre junho e julho de 2010. Assim como aconteceu na última parada, os sindicalistas reivindicaram um espaço físico próximo da coordenação [casa rosada]. A solicitação foi atendida e o Sindipetro está se preparando para ocupar o espaço.

A empresa ficou com a responsabilidade de agendar uma apresentação sobre como será a jornada de trabalho durante a parada e partida das unidades, assim como de

encaminhar ao Sindicato a relação de empregados envolvidos com os respectivos horários de trabalho.

O Grupo de Trabalho do Banzano [GTB] irá agendar reunião com os técnicos de segurança para sensibilizá-los a respeito do monitoramento ambiental durante a parada. O dirigente Leomar, por sua vez, vai reivindicar a liberação de um cipista com liberação exclusiva para a parada de manutenção.

Representante da empresa explicou que a adequação metalúrgica e a REVAMP para 35 mil m³/dia da U-2100 foram abortadas devido a construção das novas refinarias e porque a tendência do elencos dos petróleos que serão processados na Repar serão menos ácidos e mais leves do que os da época desses projeto. Entretanto, conforme a empresa, nesta parada aproveitar-se-á para sanar alguns gargalos da Produção, como acontece com a campanha de GOP para CAP.

:: Horas extras dos cursos

Houve concordância dos representantes da Repar em orientar as suas gerências para quando ofertarem cursos, de modo algum, condicionarem à compensação. O Sindicato alertou que não há nenhum acordo de banco de horas a compensar, portanto, toda a hora extra gerada, seja em cursos ou qualquer outra atividade laboral, deve ser paga. A Campanha de Boicote aos Cursos foi fundamental para resolvermos esta pendenga, parabéns a todos que participaram da campanha e deram o recado: "Curso também é trabalho! Hora extra já!

Pelos nossos direitos eu vou à luta!".

Com base no entendimento com a Repar o Sindicato está orientando o fim do boicote aos cursos, mas, **ATENÇÃO:** não podemos abaixar a guarda, qualquer movimento de oferta de cursos com compensação

deve ser imediatamente comunicado ao Sindicato, pois será inadmissível após esclarecida a questão com a gestão da Refinaria, que mantenha ou volte à prática de lesar nossos direitos. Com certeza, aí a nossa resposta deverá ser bem mais contundente que o simples boicote.

:: Metas individuais do GD

Em reunião com RH/REPAR, o Sindipetro PR/SC cobrou a retirada das metas individuais de acidentes zero e a geração de horas extras do GD (Gerenciamento de Desempenho). O RH acatou a reivindicação e informou que irá orientar os gerentes sobre a decisão. O Sindicato, por sua vez, orienta os trabalhadores a não aceitarem a inserção em seus GD's de tais metas.



Sindicato também debateu a pauta dos trabalhadores da Transpetro

Conforme a cláusula 88 do Acordo Coletivo de Trabalho 2007/2009 da Transpetro, onde consta que "a Companhia se compromete a realizar reuniões periódicas entre as Gerências dos Órgãos e os respectivos Sindicatos, em datas previamente negociadas, com o objetivo de tratar de questões locais, de interesse comum", o Sindipetro Paraná e Santa Catarina realizou no dia 24 de maio, em São Francisco do Sul, reunião de apresentação da pauta regional dos trabalhadores com a Transpetro.

Entre os principais pontos tratados, destacam-se: a reivindicação por transparência no Sistema de Avaliação de Desempenho [SAD]; o problema da remuneração diferenciada entre várias turmas de técnicos de manutenção; composição da comissão local de SMS; a jornada de trabalho dos terceirizados superior a do efetivo próprio; a transferência do administrativo de São Francisco do Sul para Joinville; a não liberação do pessoal do compartilhado para a transferência ou troca; deslocamentos dos técnicos de



Negociações em torno da pauta dos petroleiros da Transpetro irão continuar operação, segurança, manutenção e inspeção de um terminal para outro; a inexistência de equipamentos específicos para contenção de vazamentos marítimos no período da noite no terminal de Paranaguá, entre outros.

Participaram da reunião os dirigentes sindicais Adriano Flores [Itajaí] e Faissal Bark [Tefran] e a coordenadora de Recursos Humanos da Transpetro, Lúcia Araújo de Souza. "Não tivemos grandes avanços porque a reunião foi apenas de apresentação da pauta. Obtivemos apenas esclarecimentos e o direcionamento das demandas. Esperamos que no próximo encontro, a ser realizado no dia 16 de junho, surjam avanços em boa parte das reivindicações", afirmou Adriano.

Contribua com a construção da pauta local, envie sugestões, comentários para os coordenadores da pauta local ou através do e-mail faleconosco@sindipetroprsc.org.br

REPAR: Leomar Setti – leomar.setti@sindipetroprsc.org.br

TRANSPETRO: Adriano Norberto Flores – adriano.flores@sindipetroprsc.org.br

SIX: Rui Dalcion Rocha Rossetim – rui.dalcion@sindipetroprsc.org.br

Devolução do Imposto Sindical

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina mantém sua posição ideológica contrária a qualquer taxação compulsória aos trabalhadores, por acreditar na autonomia e liberdade de organização sindical. Por isso, inicia neste mês de junho a devolução de 60% do valor descontado na folha de pagamento do mês de março a título de Imposto Sindical.

Neste ano, todo trabalhador sindicalizado há mais de um ano [a partir de março de 2009] poderá resgatar a parcela destinada às entidades sindicais de base. A nova regra, que estabelece prazo para a devolução, foi criada para evitar alguns casos onde o trabalhador se associa às vésperas da abertura do processo de devolução do imposto e solicita a desfiliação a partir do momento que resgata a parcela.

Para solicitar a devolução da parcela do imposto sindical, basta enviar correspondência eletrônica ao e-mail da Secretaria Geral do Sindipetro (secretaria@sindipetroprsc.org.br), até o dia 31 de julho, contendo as seguintes informações:

- **Nome Completo;**
- **Nº da Matrícula na Petrobrás;**
- **Dados Bancários:**
 - **Nome da instituição**
 - **Nº da agência**
 - **Nº da Conta Corrente/Poupança**

O Imposto Sindical está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, entre os artigos 578 e 610, e consiste no desconto em folha de um dia de trabalho por ano (equivalente a



3,33% do salário), sempre no mês de março. É utilizado para a sustentação financeira das entidades sindicais e Ministério do Trabalho.

Distribuição do Imposto Sindical

- 20% para o Ministério do Trabalho
- 5% para Confederações
- 15% para Federações
- 60% para Sindicatos

Anaparprev é opção de fundo de pensão sem a exploração do mercado de capital



Sindipetro PR/SC apoia a iniciativa da Anapar

A gerente de clientes institucionais da Petros, sr^a Maria de Fátima Simões Costa, esteve na Sede do Sindipetro Paraná e Santa Catarina no dia 27 de maio para uma reunião com os dirigentes sobre o Plano de Previdência Complementar Anaparprev. Ela busca o apoio do Sindicato na divulgação do Fundo de Pensão, administrado pela Petros, junto aos trabalhadores tercerizados da Petrobrás e também aos familiares

dos petroleiros do efetivo próprio.

Após o encontro, bastante produtivo, a Direção Sindical resolveu acatar a solicitação devido às vantagens que o plano oferece e também porque o Sindipetro é uma entidade parceira da Associação Nacional dos Participantes em Fundos de Pensão [Anapar].

De acordo com Maria de Fátima, o Anaparprev é a melhor opção de plano de previdência no mercado e

proporciona um futuro tranquilo para o participante e sua família. "É o melhor porque a Anapar é uma entidade sem fins lucrativos, diferente das instituições financeiras, que exploram ao máximo as contribuições dos planos, a partir de taxas e mais taxas, para gerar os altos lucros obtidos consecutivamente. No Anaparprev, o montante acumulado na poupança previdenciária é repassado da forma mais benéfica ao trabalhador", destacou.

Outra vantagem do Anaparprev é a flexibilidade. "Quem decide o que fazer com o dinheiro acumulado é o participante. Ele pode solicitar o resgate de uma só vez, quando desejar, ou parcelado no tempo que preferir após requisitar a aposentadoria complementar", complementou a gerente da Petros.

Para mais informações, acesse a página da Petros [www.petros.com.br] ou ligue para número 0800 025 35 45, de segunda à sexta-feira, das 09h às 19h.

Sindicato cobra esclarecimentos quanto aos contratos de prestação de serviços de inspeção de segurança no Terminal de Paranaguá

O ofício encaminhado pelo Sindipetro PR/SC até o momento não foi respondido. Na apresentação da pauta local, novamente, foram cobrados esclarecimentos quanto à postura da Transpetro em relação ao caso. Mantido o silêncio, o próximo passo será encaminhar denúncia ao Ministério Público.

Secretário geral do Sindipetro PR/SC pede afastamento do cargo

O secretário geral do Sindipetro Paraná e Santa Catarina, companheiro, Roni Barbosa, pediu afastamento do cargo no dia 31 de maio. Ele é pré-candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores e a descompatibilização do cargo é uma exigência da Justiça Eleitoral. Os dirigentes sindicais candidatos à eleição deste ano devem se afastar da direção da entidade até 3 de junho - quatro meses antes da eleição. O afastamento não é definitivo e nem implica na renúncia do cargo ou da função. Todos os dirigentes titulares, exceto suplentes e membros do conselho fiscal, são obrigados a licenciar-se.

Roni também ocupava o cargo de presidente estadual da Central Única dos Trabalhadores, do qual também já solicitou o afastamento.

Confira abaixo o documento protocolado no Sindipetro PR/SC no qual Roni solicita seu afastamento.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina
Sindipetro PR/SC

Endereço: Rua 796 Belfort
 Curitiba - Paraná - CEP 80220-000
 Fone/Fax: (41) 3332-4554
 e-mail: saomateus@sindipetroprsc.org.br
 www.sindipetroprsc.org.br

03-04/2010 - Curitiba, 26 de abril de 2010

Prezado Senhor(a):
Wilson Lucas
 Gerente Geral Sul
TRANSPETRO / PETROBRAS

Valdo Gomes dos Santos
 Gerente Executivo dos Terminais do Sul
TRANSPETRO / PETROBRAS

Assunto: Referente aos Contratos de Serviços de Inspeção de Segurança para o Fornecimento de Bunkers no Terminal de Paranaguá.

O Sindicato tomou conhecimento de fatos gravíssimos relativos à contratação dos serviços de inspeção de segurança para o fornecimento de bunker no Terminal de Paranaguá, a saber:

1. A Transpetro teria alterado o escopo do contrato, onde constava "inspeção de segurança no fornecimento de bunker" passou a conter "inspeção manuseio", relacionado quanto aos critérios de segurança, por deixar de exigir o emprego e solicitar o gerente, assim, permitindo a contratação de pessoal menos qualificado e experiente pela empresa contratada. O que teria beneficiado a empresa ganhadora **Zenovich & Maranhão**, ao receber "inspeções manuseio" entre os sistemas de Manobra e reduzir a contagem pela metade, de 12 mais supervisor para 6 mais supervisor.
2. A ganhadora da licitação apresentou preço inferior (expressivo R\$ 1.100 mil abaixo do previsto pela Transpetro), segundo informação repassada ao Sindicato, utilizando-se de atalhos artificiais, além da redução do pessoal, ao não contar a carga necessária para fiscalização, isto, com o argumento que a empresa fiscalizadora **Skymer** (responsável pelo fornecimento de bunker) poderia a referida tarefa, ao ser a fiscalização efetuada a fiscalização.
3. Com relação ao serviço de fornecimento de bunker, pararam sobre a Transpetro e a Skymer várias denúncias quanto à precariedade das condições de trabalho dos empregados nessa atividade, que passou por **humições instalações para atender as necessidades básicas de higiene e alimentação**, período inadequado, uso e exposição da vida e do meio ambiente a riscos eminentes por conta do acúmulo das embarcações, citando o exemplo do embarcador **TWS Marine** que já afundou uma vez e apresenta uma série de problemas.

Diante dos indícios e fatos acima relatados, solicitamos os devidos esclarecimentos, e esperamos as providências adequadas antes da conclusão do processo licitatório em questão.

Atenciosamente,
Wilson Lucas
 Presidente

de:
 Steveny Bernardi
 Presidente do SINDIPETRO PR/SC
 C/C - direção coletiva e todo conselho
 Assunto: Afastamento para eleições 2010

Curitiba, 31 de maio 2010.

Prezados: presidente, companheiros da diretoria e da base,

Depois de muitos anos, o fo, representando com orgulho a categoria petrobrás, próprio e terceirizados, novos desafios ao inspeção manuseio vida, o projeto político partidário de representar a categoria no Congresso Nacional me impõe um afastamento.

Aproveito então para comunicar meu afastamento do diretoria do sindicato, em especial do secretário geral, em função da minha pré-candidatura a deputado federal pelo PT - partido dos trabalhadores. O presente afastamento é em respeito de lei eleitoral e vale pelo período de 2 de junho a 3 de outubro.

Particular dessa direção sempre foi motivo de satisfação!

Saudações sindicais e cubatas,

Roni Anderson Barbosa

Secretário Geral



O Jornal do Sindipetro PR/SC é o órgão oficial de comunicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC). Com sede em Curitiba, na rua Lamenha Lins, 2064, CEP 80220-080. Tel.: (41) 3332-4554 / Fax.: (41) 3332-5215. Regional São Mateus do Sul, rua Paulino Vaz da Silva, 535, CEP 83900-000. Tel/Fax.: (42) 3532-1442 - e-mail: saomateus@sindipetroprsc.org.br. Regional Paranaguá, rua Odilon Mader, 480, bairro Estradinha, CEP 83206-080. Tel/Fax.: (41) 3424-0255 - e-mail: paranaguá@sindipetroprsc.org.br. Regional Joinville-SC: rua Ely Soares, 127, sala 2, bairro Floresta, CEP 89211-715 - Tel.: (47) 3025-4014.

Correios Eletrônicos
 Contato: faleconosco@sindipetroprsc.org.br
 Jurídico: juridico@sindipetroprsc.org.br
 Imprensa: imprensa@sindipetroprsc.org.br
 Saúde: saude@sindipetroprsc.org.br
 Formação: formacao@sindipetroprsc.org.br
 Aposentados: sec-aposentados@sindipetroprsc.org.br

Jornalista Responsável: Davi S. Macedo (MTb 5462 SRT/PR)
Impressão: Gráfica Popular - **Tiragem:** 2 mil e 700 exemplares

Diretoria

Adriano, Alexandre, Anselmo, Diego, Claudiney, Dagoberto (Gaúcho), Edison (Ramos), Edison (Edinho), Evaldo (Lamin), Faissal, Fernando, George, Hélio, Humberto, Jaime (Ferreira), José, Leomar, Luciano (Zanetti), Luis Virgílio, Luiz A. dos Santos, Luiz Carlos (Caus), Luiz A. Gonçalves, Manoel, Mário, Nelson, Orlson, Rafael, Rodrigo, Ronaldo, Roni, Rui, Silvaney, Wilson.

PEC pretende acabar com o trabalho escravo e infantil no Brasil

Trabalho infantil gera lucro pra quem explora, pobreza pra quem é explorado, faz parte da cultura econômica brasileira e está diretamente ligado ao trabalho escravo. A quem incomoda a luta contra o trabalho infantil? Incomoda aos que se incomodam com a luta contra o trabalho escravo. Incomoda aos que se incomodam com a luta contra o trabalho degradante. O combate ao trabalho infantil incomoda a quem lucra com o trabalho infantil, a quem lucra com o trabalho escravo e a quem lucra com o trabalho degradante.

A quem incomoda a dignidade humana; a quem incomoda a beleza, a resistência, a sensualidade, a honestidade, a capacidade de organização do pobre; a quem incomoda a imagem bonita dos menos favorecidos? A quem incomoda a denúncia das injustiças da pobreza? Incomoda aos ricos e incomoda a uma parcela da classe média.

Infelizmente, ainda não existe no Brasil uma política social que faça a associação entre trabalho infantil e trabalho degradante, análogo a escravo ou escravo, de forma a romper esse círculo. A realidade é que o trabalhador escravo de hoje foi o trabalhador infantil de ontem.

Uma Proposta de Emenda à Constituição pretende por um fim ao trabalho escravo no Brasil. A PEC 438, que tramita no Congresso Nacional desde 2001, mas está estagnada na Câmara Federal desde 2004. Um conjunto de entidades da sociedade civil organizada lançou um abaixo-assinado para pressionar os parlamentares a aprovarem a PEC. Foram coletadas 200 mil assinaturas, que foram entregues ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Se a PEC for aprovada, as terras onde o trabalho escravo foi encontrado serão confiscadas e destinadas à reforma agrária. Saiba mais em www.trabalhoescravo.org.br.



SR. DEPUTADO, HÁ 7 ANOS A PEC 438
ESPERA A SUA APROVAÇÃO NESTA CASA.

VOTE PELA MINHA LIBERDADE.

Proposta de Sindicalização

Nome: _____ Nome de Guerra: _____
 Sexo () M () F Nascido em: ____/____/____ Cidade: _____ Estado: _____
 Admissão na empresa: ____/____/____ Nível Salarial: _____
 Empresa: _____ Matrícula: _____
 Aposentadoria: ____/____/____ CB: _____
 CPF: _____ Cargo/Função: _____ Setor: _____
 Gerência _____ Órgão: _____
 End. Res.: _____ nº _____ Bairro: _____
 Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____ - _____
 Tel Res.: (____) _____ - _____ Tel Com: (____) _____ - _____
 E-mail: _____

() **Aposentados** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 0,8% do rendimento bruto (INSS+Petros).

() **Ativos** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 2,5% do salário básico.

_____ de 2010.

_____ assinatura